

# INTERMEDIÁRIOS EM ZONAS DE CONFLITO

## OPORTUNIDADES E DESAFIOS DO TRABALHO DE CAMPO EM CIÊNCIA POLÍTICA

Leonor Oliveira Toscano

### INTRODUÇÃO

O trabalho de campo em zonas de conflito, ou em contextos marcados por níveis elevados de violência política e criminal, é um processo que requer cuidado, estrutura e boas práticas, não só pelos inúmeros desafios de segurança que apresenta para os investigadores, como também pelas dificuldades acrescidas no que toca ao acesso a dados de pesquisa e à proteção de participantes. Uma grande parte dos investigadores em Ciência Política e Relações Internacionais (doravante CPRI), contudo, não realiza trabalho de campo sozinha. Na grande maioria dos casos, os investigadores têm algum tipo de parceria, muitas vezes de forma informal, com um ou mais intermediários locais. Para doutorandos ou investigadores em início de carreira, estes intermediários podem ser fulcrais para garantir acesso a redes de contactos e interlocutores num país. No entanto, as relações com estes intermediários, especialmente no que concerne às implicações éticas e metodológicas, não estão suficientemente presentes na literatura. Em muitos dos casos, estes indivíduos são «figuras ocultas» na análise de dados e em publicações académicas (Jenkins, 2015). Tal representa uma lacuna ética, em que as realidades de acesso a dados, como também as relações construídas durante o trabalho de campo, não são devidamente pensadas e representadas em artigos científicos (Hoffman & Tarawalley, 2014).

O presente artigo visa pensar e analisar as oportunidades, e também desafios, criadas pela colaboração com interlo-

### RESUMO

Os intermediários locais oferecem inúmeras oportunidades para investigadores que realizam trabalho de campo em zonas de conflito. Intermediários conectam investigadores a redes de interlocutores, fornecem acesso a comunidades-alvo e facilitam o processo de investigação. Para doutorandos que realizam trabalho de campo pela primeira vez, os intermediários podem ser cruciais para navegar e investigar ambientes marcados por altos níveis de violência política. No entanto, existem também múltiplos desafios associados, como vieses de investigação que podem ser introduzidos. Com base nas minhas próprias experiências de trabalho de campo no Quênia, este artigo visa explorar algumas das oportunidades e desafios criados pela colaboração com intermediários locais. A relação investigador/intermediário deve ser criticamente analisada de modo a garantir boas práticas éticas e transparência.

*Palavras-chave:* trabalho de campo, zonas de conflito, intermediários, Quênia.

### ABSTRACT

**INTERMEDIARIES IN CONFLICT ZONES: OPPORTUNITIES AND CHALLENGES OF FIELDWORK IN POLITICAL SCIENCE**



Local brokers offer numerous opportunities for researchers conducting fieldwork in conflict zones. Brokers connect researchers to networks of interlocutors, provide access to target communities, and facilitate the research process. For doctoral candidates conducting fieldwork for the first time, brokers can be crucial for navigating and investigating environments marked by high levels of political violence. However, there are also multiple challenges associated with them, such as research biases that may be introduced. Drawing on my own fieldwork experiences in Kenya, this article aims to explore some of the opportunities and challenges created by collaboration with local brokers. The researcher/broker relationship should be critically analysed to ensure ethical best practices and transparency.

*Keywords:* fieldwork, conflict zones, brokers, Kenya.

cutores locais. A análise parte, essencialmente, das minhas próprias experiências no Quênia, onde realizei trabalho de campo enquanto doutoranda em dois períodos distintos e em vários distritos marcados por diferentes tipos de violência política e criminal. A análise também parte da emergente literatura sobre o tema, bem como da literatura abrangente sobre a metodologia de trabalho de campo e recolha de dados qualitativos, assim como as suas dimensões éticas. Na primeira parte, o artigo debruça-se sobre o conceito de intermediário local, começando por analisar os benefícios destas colaborações, numa ótica de CPRI. Na segunda parte, o artigo analisa os desafios metodológicos e éticos, bem como práticas e soluções que podem precaver vieses. Em consonância com outros autores (por exemplo, Eriksson Baaz & Utas, 2019), defende-se que intermediários locais devem fazer parte integral do processo de preparação do trabalho de campo, da análise de dados e das discussões metodológicas e éticas de qualquer publicação académica.

De ressaltar que o presente artigo assenta numa perspetiva de uma investigadora do Norte Global, com afiliação a uma universidade nesta mesma região, a conduzir trabalho de campo num país do Sul Global. Apesar de muitos pontos de análise serem transversais aos mais variados contextos, certas dinâmicas poderão não se aplicar, ou serem mais complexas, quando analisadas na perspetiva de investigadores do Sul Global. Sempre que possível, tomarei nota de algumas diferenças, mas tal nunca será suficiente, pelo que aconselho a leitura de autores que se debruçam sobre este tema e outros adjacentes<sup>1</sup>.

### **COLABORAÇÃO COM INTERMEDIÁRIOS LOCAIS: DEFINIÇÃO, MOTIVOS E OPORTUNIDADES**

A definição de intermediário pode ser algo abrangente. Parashar (2019, p. 252) define o termo como «um facilitador, um navegador, um possibilitador, um construtor de capacidades que, através de afiliações e conhecimento local, introduz o investigador ao mundo dos sujeitos da investigação»<sup>2</sup>. Um intermediário, no seu sentido mais básico, é um indivíduo com conhecimento local que estabelece pontes e que introduz o investigador ao contexto estudado. Em língua inglesa, vários termos são utilizados, nomeadamente *broker* (Utas, 2019), *fixer* (Bøås, 2021), ou *gatekeeper* (Sindre, 2021). Todos os termos refletem as funções primárias de um intermediário: ligar diferentes pontos, neste caso, o investigador a um interlocutor (para entrevistas) ou a uma comunidade, aos sujeitos de investigação; assistir no projeto de investigação, como por exemplo, ajudar na logística; abrir as portas a uma comunidade, a uma rede de contactos, a dados

de investigação. Vários autores integram assistentes de investigação nesta conceptualização (Jenkins, 2015). Vista a amplitude do conceito, a distinção denominada por Themner (2022) ajuda na sua clarificação. A primeira categoria são os intermediários de cariz cultural, indivíduos em zonas urbanas com capacidade para conectar, ou construir pontes, entre um investigador (normalmente, fora da cultura do país onde realiza trabalho de campo) e uma rede de contactos ou sujeitos de investigação. Um assistente de investigação e/ou um contacto de uma organização não governamental (doravante, ONG), por exemplo, entram nesta categoria. A segunda categoria são os intermediários de cariz comunitário, indivíduos que fazem parte das comunidades ou grupos alvo da investigação em questão, e que partilham fortes indetidades com os mesmos, e sem os quais o acesso a essas mesmas comunidades ou grupos não é possível.

A título de exemplo, a minha pesquisa de doutoramento<sup>3</sup> foca-se na construção de paz local no Quênia e no papel que as mulheres têm neste processo<sup>4</sup>. Parte da minha recolha de dados foi feita em bairros precários de Nairobi e Mombaça, zonas marcadas por habitação irregular ou ilegal, onde a violência política e criminal é comum, e onde grupos armados detêm algum controlo. Esta violência afeta gravemente os habitantes destes bairros que, devido à sua vulnerabilidade socioeconómica, têm pouco acesso a serviços públicos. As relações da comunidade com as forças de segurança, como a polícia, são tumultuosas, em grande parte devido a altos níveis de violência policial. Em Nairobi, colaborei com uma assistente de investigação proveniente de uma ONG queniana e com experiência em recolha de dados nestes mesmos bairros. No entanto, a minha assistente não fazia parte da comunidade-alvo. A sua atuação foi enquanto intermediária cultural, alguém que me assistiu na recolha de dados, que me conectou a vários interlocutores e que me ajudou com barreiras linguísticas e culturais durante a minha estadia em Nairobi. Mas para chegar, e de facto entrar, na comunidade para realizar entrevistas, foi necessário colaborar também com um intermediário comunitário, um indivíduo que a minha assistente de investigação conhecia e que vivia num dos bairros selecionados como estudo de caso. Este indivíduo ajudou-nos a recrutar participantes; a selecionar um local apropriado e seguro para as entrevistas, onde os participantes se sentiam confortáveis; a navegar e a melhor conhecer o bairro, a pé. Sem ele, não nos teria sido possível realizar entrevistas em grupo na comunidade.

OS INVESTIGADORES NA ÁREA DA CPRI PODEM BENEFICIAR EM MUITO DE COLABORAÇÕES COM INTERMEDIÁRIOS LOCAIS.

Os investigadores na área da CPRI podem beneficiar em muito de colaborações com intermediários locais. Como as duas categorias acima indicadas insinuam, os intermediários podem ser extremamente úteis em barreiras culturais e linguísticas (Fujii, 2017). Como locais, os intermediários (e aqui, especialmente, os intermediários de cariz cultural), podem ajudar um investigador recém-chegado e com pouca experiência no destino a melhor imergir-se no contexto dos sujeitos de investigação. Para investigadores com

mais experiência, podem ajudar a melhor perceber um desenvolvimento ou comunidade sociopolítica. Por exemplo, apesar da extensa preparação que fiz antes das minhas partidas para o Quênia, foi-me impossível conhecer de forma aprofundada as práticas culturais e linguísticas de todos os grupos étnicos com os quais me iria cruzar. Visto que fiz trabalho de campo em seis regiões diferentes<sup>5</sup>, do Vale do Rifte até à costa swahili, os intermediários locais foram imprescindíveis para me ajudar a melhor me integrar nas regiões. Por exemplo, em Eldoret, no Vale do Rifte, um intermediário explicou-me algumas práticas culturais dos Kalenjin, uma comunidade de grupos étnicos semelhantes, e de que forma essas práticas influenciam processos de mediação de conflito a nível local. Uma intermediária em Malindi elucidou-me acerca de percepções que existem entre comunidades religiosas e étnicas na costa, e como tal influencia a violência política que existe na região. Por conhecerem bem o país e as suas regiões, os intermediários facilitam o processo de investigação, inclusive nas suas componentes mais logísticas: onde pernoitar, que transporte apanhar e onde realizar entrevistas ou grupos focais.

Os intermediários são também excelentes fontes de contactos e úteis para investigadores com poucas redes no país. Especialmente em zonas urbanas, os intermediários que trabalham em áreas semelhantes ou adjacentes à do objetivo da investigação, poderão ter acesso a redes amplas de interlocutores com os quais é possível estabelecer pontes. Muitas das vezes, esses mesmos intermediários são também fontes de informação e podem também ser entrevistados para efeito de recolha de dados (Siddiqui, 2023). Em Nairobi, um membro da equipa de uma agência estrangeira para o desenvolvimento deu-me acesso a inúmeros contactos do mundo das ONG, mas também institucionais. Foi na verdade o indivíduo que me permitiu chegar ao órgão institucional responsável pela coordenação dos comités de paz locais<sup>6</sup>. Mas pela sua experiência com a área da minha pergunta de investigação, decidi também entrevistá-lo, o que me deu acesso a dados extremamente úteis. Importa, contudo, dizer que o facto de serem locais não dá automaticamente melhor acesso a todos os círculos de interlocutores. Como Bøås (2021) exemplifica, as suas experiências com intermediários na região do Sahel mostram que era mais fácil para ele, enquanto investigador estrangeiro, chegar à rede de contactos de membros da Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali, do que para o seu assistente de investigação.

Finalmente, os intermediários são imprescindíveis para ultrapassar barreiras de acesso a comunidades-alvo. Em CPRI, temas como a violência política, a guerra civil, a corrupção, o comportamento partidário, os grupos de interesse, etc., podem gerar barreiras de acesso a dados, o que requer trabalho com um *gatekeeper*, ou intermediário comunitário, que faça parte do grupo ou comunidade-alvo (Gründelová et al., 2024; Sindre, 2021). Um investigador em CPRI que se ocupe a investigar grupos armados, e que queira entrevistar membros ou ex-membros desses mesmos grupos, precisará de um intermediário que lhe dê acesso e lhe abra as portas a essa comunidade (Themner, 2022). Um investigador preocupado em perceber certas práticas políticas nos bastidores,

precisará de alguém que lhe abra as portas a esses mesmos bastidores (Nair, 2021). Por exemplo, um dos grandes objetivos do meu trabalho de campo era entrevistar membros dos comités de paz local. Contudo, não existem listas públicas de contactos desses mesmos membros. Para ter acesso a essa comunidade, precisei de uma ligação a alguém que estivesse por dentro dessa comunidade. Neste caso, uma burocrata que trabalhava no órgão responsável pela coordenação da paz local em Nairobi, e que me deu todos os contactos necessários nas regiões para onde ia.

### **ANÁLISE DE DESAFIOS: ENTRE VIESES DE INVESTIGAÇÃO E CONSIDERAÇÕES ÉTICAS**

Apesar dos benefícios acima descritos, existem também inúmeros desafios. Considero que existem duas categorias principais de desafios: desafios de cariz puramente metodológico, que se prendem sobretudo com os vieses de investigação que podem ser introduzidos; e desafios de cariz ético, que se prendem sobretudo com as boas práticas na investigação que envolve contacto direto com seres humanos e tratamento e análise de dados pessoais. Ambas as categorias são relevantes para qualquer tipo de posicionamento onto-epistemológico, desde investigadores mais positivistas aos mais interpretivistas<sup>7</sup>.

Começando pelos desafios metodológicos, importa perceber que o trabalho de campo em CPRI é mais passível de ser contaminado por vieses de investigação introduzidos por um intermediário local, por vários motivos, sendo o principal o limite de imersão profunda no contexto dos sujeitos de investigação. O trabalho de campo é normalmente mais curto, ao contrário, por exemplo, das abordagens etnográficas típicas da disciplina de Antropologia. Tal não implica que não existam contribuições em CPRI que utilizem trabalho de campo longo (superior a um ano) como método principal de recolha de dados<sup>8</sup>. Contudo, a maioria dos investigadores realiza várias viagens de curta-média duração ao destino (Kapiszewski et al., 2015). Isso torna os investigadores mais dependentes de intermediários locais para chegar a redes de interlocutores e fazer a recolha dos dados, como, por exemplo, assistentes de investigação. Investigadores na área de CPRI optam, muitas vezes, por métodos comparativos, em que vários estudos de caso (ou países, ou áreas num país) são comparados, o que limita a possibilidade de imersão num só contexto (Themner, 2022). Para além disso, muitas das abordagens em CPRI, como na área da política comparada, são positivistas e dedutivas, em que hipóteses teóricas são testadas através de entrevistas mais estruturadas, experiências e inquéritos, o que também limita a imersão e aumenta a dependência em intermediários (*Ibidem*).

O viés mais preponderante que pode ser introduzido por um intermediário é o de seleção. Numa perspetiva mais positivista, este tipo de viés implica que a amostragem não é aleatória, e que dados estão sistematicamente em falta. Tal tem implicações para a validade interna e externa do estudo e dos seus resultados (Toshkov, 2016). Aqui, um intermediário poderá ter muito peso pois, ao conectar o investigador a uma rede de interlocutores, o intermediário detém controlo sob o acesso do investigador ao contexto que o próprio estuda. As pontes que se estabelecem podem estar elas próprias

repletas de vieses políticos, religiosos e étnicos. Por exemplo, um intermediário pode conectar o investigador a indivíduos da sua rede de contactos, excluindo outros que seriam igualmente relevantes, ou conectar o investigador a uma rede de interlocutores com opiniões específicas sobre certos processos políticos, excluindo assim narrativas dissonantes. Um investigador que necessite de uma amostra aleatória de indivíduos para realizar entrevistas precisa então de pensar, em primeiro lugar, de que forma é que os seus intermediários podem introduzir vieses de seleção e amostragem, e, em segundo lugar, delinear estratégias para evitar ou controlar tais vieses, algumas das quais serão discutidas numa parte posterior deste artigo.

Para um investigador mais interpretivista, a introdução de erro na amostra é menos preponderante visto as diferenças onto-epistemológicas. Contudo, segundo o interpretivismo, o objetivo é aceder às percepções subjetivas dos sujeitos de investigação, à coconstrução de significado e ao conhecimento contextual. Um interpretivista procura «mapear a variedade de pessoas, lugares, acontecimentos, textos, etc., para expor o investigador a múltiplas perspetivas sobre a pergunta de investigação» (Schwartz-Shea & Yanow, 2012, p. 111). Por isso, um intermediário local continua a ter peso no acesso do investigador aos interlocutores, visto que pode ter impacto no número de perspetivas que são acedidas e, talvez ainda mais importante, na maneira como o próprio investigador é percecionado pelos intermediários e pelos sujeitos de investigação. Aqui, o conceito de posicionalidade torna-se importante. Posicionalidade refere-se ao «conjunto de traços pessoais, como a cor da pele, o sotaque, a idade e a orientação sexual, que ditam “quem” ou “o quê” é um investigador no contexto local» e que «depende da forma como as pessoas no contexto da investigação veem o investigador» (Fujii, 2009, p. 17). A maneira como um intermediário perceciona o investigador pode ter influência sobre as pontes que esse mesmo intermediário estabelece, para além dos seus próprios vieses pessoais. A maneira como os sujeitos de investigação percecionam o conjunto «investigador e intermediário» pode ter impacto sobre as suas respostas em contexto de entrevista. Um investigador mais interpretivista terá sempre de pensar a quem teve acesso, que dados ou informações ficaram ausentes, que influência tiveram os intermediários, que papel teve a sua posicionalidade (e também a dos intermediários). Tudo isto terá impacto na sua interpretação dos dados recolhidos.

De forma ilustrativa, um dos interesses da minha investigação prende-se com os comités de paz local, instituições compostas por pessoas da comunidade, mas reguladas pelo Estado, que atuam no apaziguamento de conflitos a nível local no Quênia. Dado o meu interesse pelo impacto e influência das mulheres na construção de paz local, considerei que seria importante realizar tanto entrevistas individuais com vários sujeitos relevantes (por exemplo, administração interna, grupos religiosos e ONG), como também entrevistas em grupo (*focus groups*) com os membros destes comités, tanto homens como mulheres, para melhor perceber a maneira como os membros colaboravam entre si. Colaborei em todas as regiões onde estive com intermediários locais

com boas redes de contacto e com ligações à administração pública dedicada, normalmente, a burocratas que trabalhavam as questões de paz e segurança e que tutelam os comités. Estes intermediários ajudaram-me a recrutar participantes para as entrevistas. Detetei variações nos resultados de região para região, mas, ao analisar os dados, também notei que muitos dos homens entrevistados tinham opiniões favoráveis à inclusão das mulheres. Visto a minha investigação ter um posicionamento mais inter-pretivista, coloquei as seguintes questões: As opiniões refletidas pelos membros masculinos dos comités que foram entrevistados refletem as atitudes e opiniões dos outros membros masculinos? Poderão os meus intermediários ter-me conectado a sujeitos que confirmem certas expectativas ou narrativas? Poderá a minha posicionalidade ter tido impacto nas respostas destes sujeitos, que adaptaram o discurso a mim, visto que sou mulher? Tais considerações pesaram na análise e na triangulação de fontes.

No que toca aos desafios éticos, que serão sempre inúmeros, debruço-me sobre três que considero essenciais: dinâmicas de poder, proteção e segurança, e remuneração. Começando pelas dinâmicas de poder, «o privilégio mais fundamental de que todos os investigadores gozam é o de ganhar entrada no mundo das pessoas» (*Ibidem*, p. 16). O poder está ligado ao privilégio, o qual os investigadores conseguem exercer ao poderem tomar decisões autónomas sobre a sua vida e sobre a sua estadia no campo. Considerar a maneira como o privilégio e o poder influenciam as relações profissionais estabelecidas em contexto de trabalho de campo não significa transformar desigualdades, à partida, estruturais. Implica, sim, reconhecer que as desigualdades existem e que as mesmas podem influenciar o curso da investigação. Ao fazer isto, um investigador vai poder precaver situações indesejadas (e. g., colocar o intermediário numa situação de alto risco por o mesmo sentir pressão para ajudar um investigador estrangeiro e com meios financeiros) ou tentar tornar uma situação altamente desigual numa situação que gere algum tipo de benefício mútuo (Bøås, 2021). Por exemplo, a minha assistente de investigação nos bairros precários de Nairobi perguntou-me se podia fazer duas perguntas aos participantes dos grupos focais, para recolher dados para um projeto na ONG onde trabalhava, o qual eu aceitei por reconhecer que traria benefícios para as duas: oportunidade de recolher dados para ela e, possivelmente, dados ou questões inesperadas para mim.

Em zonas de conflito armado ou com altos níveis de violência, a situação securitária pode alterar-se repentinamente: um protesto que se torna violento e desencadeia tumultos, uma milícia que ataca uma comunidade numa zona rural, um grupo dissidente que ataca uma capital. Visto que muitas zonas de conflitos são também marcadas pela presença de regimes autocráticos, em que as autoridades podem interferir na recolha dos dados, muitos dos desafios de segurança multiplicam-se (Carlitz & McLellan, 2021;

A MANEIRA COMO UM INTERMEDIÁRIO PERCECIONA O INVESTIGADOR PODE TER INFLUÊNCIA SOBRE AS PONTES QUE ESSE MESMO INTERMEDIÁRIO ESTABELECE, PARA ALÉM DOS SEUS PRÓPRIOS VIESES PESSOAIS.

Eriksson Baaz & Utas, 2019). Importa realçar que a colaboração com intermediários locais pode ajudar a ultrapassar desafios securitários (Vlassenroot, 2006). No entanto, da mesma forma que um investigador considera a sua segurança, é imperativo, enquanto boa prática de investigação, proteger todos os participantes, incluindo intermediários locais. O princípio de *do not harm* é crucial (Wood, 2006). Por estabelecerem pontes, os intermediários locais estão também vulneráveis e expostos a perigos, e a presença de um investigador desconhecido à comunidade pode levantar suspeitas (Rodríguez & Minatti, 2024). Por isso, qualquer prática que concerna o consentimento informado e anonimização e proteção dos dados, incluindo na maneira como os mesmos são arquivados<sup>9</sup>, tem de se estender aos intermediários. A título de exemplo, quando recolhi dados em bairros precários, considerei não só a maneira como poderia estar a colocar a minha assistente de investigação em perigo, como também a intermediária comunitária que recrutou participantes para as entrevistas. A primeira porque, sendo uma desconhecida para a comunidade e por estar com uma estrangeira, poderia atrair atenção indesejada e resultar no sofrimento de danos colaterais ou diretos caso algo corresse mal durante as entrevistas; a segunda, pelo facto de nos assistir a entrar na comunidade e a realizar entrevistas, o que poderia levantar suspeitas noutros membros da comunidade (por exemplo, a perceção de que é uma informante) ou levantar suspeitas às forças de segurança, o que poderia comprometer a sua identidade e a de todos os participantes, caso as forças de segurança quisessem ter acesso aos dados recolhidos durante a entrevista.

Por fim, a questão da remuneração financeira. Primeiro, importa realçar que esta discussão é também ela marcada pelo privilégio do financiamento académico. Nem todos os projetos de investigação têm o mesmo orçamento, e os investigadores podem ter inúmeros constrangimentos económicos que não lhes permitem aceder e remunerar intermediários locais devidamente. Ao mesmo tempo, a monetização da investigação e a presença de projetos com uma pegada financeira muito grande podem também gerar expectativas desproporcionais por parte dos intermediários. No geral, é prática comum remunerar os intermediários locais, especialmente se forem assistentes de investigação e com quem os investigadores têm uma relação laboral. A remuneração financeira é fortemente marcada por dinâmicas de poder, inclusive neocolonial, e de assimetria financeira, que podem complicar a relação com os intermediários (Molony & Hammett, 2007). Apesar de não existirem soluções concretas, uma abordagem ética à remuneração em contexto de investigação é aquela que, sempre que possível, é marcada pela justiça e pela transparência (Deane & Stevano, 2016). Tal implica pensar o que é uma remuneração justa, de que forma se evitam abusos de poder e exploração, e de que forma é que se podem comunicar expectativas de forma clara.

No caso da minha investigação, todo e qualquer pagamento foi acordado antes de iniciar qualquer processo de recolha de dados. Com os assistentes de investigação, comuniquei que valor conseguia pagar pelo seu trabalho, valor acordado por ambas as

partes e registado num breve contrato. Com os outros intermediários comunitários, o valor foi acordado por chamada telefónica e antes de me deslocar ao destino. Para definir os valores, considerei não só o meu orçamento, como também os níveis médios de salário no Quénia e a inflação. A título de exemplo, remunerarei os intermediários comunitários dos bairros precários com quatro mil shillings, cerca de trinta dólares. Visto que os residentes nestes bairros vivem, em média, com três dólares por dia, tal pareceu-me ser uma remuneração justa, dado o seu empenho e custos pessoais (um dia de trabalho e despesas telefónicas).

### **RELAÇÃO INVESTIGADOR/INTERMEDIÁRIO: PARTE INTEGRAL DO PROCESSO DE INVESTIGAÇÃO**

São muitos os benefícios, mas também os desafios, de se trabalhar com intermediários. Tais desafios não implicam a impossibilidade de realizar trabalho de campo. Todavia,

é crucial que todo e qualquer investigador pense nas relações profissionais e pessoais que irá estabelecer no contexto dos sujeitos de investigação. Os investigadores devem elaborar estratégias antes da partida para o terreno, considerar as suas relações com

É CRUCIAL QUE TODO E QUALQUER INVESTIGADOR PENSE NAS RELAÇÕES PROFISSIONAIS E PESSOAIS QUE IRÁ ESTABELECEER NO CONTEXTO DOS SUJEITOS DE INVESTIGAÇÃO.

os intermediários aquando da análise de dados, e refletir sobre elas e as representar nas publicações académicas sempre que possível, e de uma forma que proteja a identidade de todos os sujeitos, em consonância com as demais regras do Regulamento-Geral sobre a Proteção de Dados. A presente secção dá conta de algumas das estratégias ou ações que poderão ser úteis neste exercício.

Uma das estratégias mais comuns é a de pensar ativamente a posicionalidade e o privilégio nas suas mais diversas combinações, tanto antes do trabalho de campo, como também durante o mesmo (Holmes, 2021; Larocco et al., 2020). Tal inclui não só a posicionalidade do investigador face ao intermediário e aos sujeitos de investigação, como também a da dupla investigador e intermediário face aos sujeitos de investigação (Rodríguez & Minatti, 2024). A última significa reconhecer que a escolha da pessoa com quem se vier a colaborar como intermediário terá consequências na maneira como tanto o investigador como o intermediário serão percebidos, e na forma como as entrevistas decorrerão<sup>10</sup>. Partilho duas experiências pessoais exemplificativas. Em Mombaça, o meu intermediário local em bairros precários era homem. Ao realizar *focus groups* com mulheres nestes bairros, em que a conversa se iria focar sobre a violência política e a construção de paz, sabia que tal poderia ter impacto na maneira como as mulheres se irião exprimir. A violência sexual em contexto de eleições violentas ou confrontos étnicos é comum, mas o facto de um homem estar presente na sala poderia impedir as mulheres de se expressarem sobre acontecimentos pessoais devido a tabus culturais e religiosos. Por isso, a minha estratégia de entrevista, a maneira como formulei as

questões, teve necessariamente de mudar. O segundo exemplo prende-se com o meu intermediário em Eldoret, que fazia parte de um grupo étnico relativamente minoritário e menos central nos confrontos étnicos que tanto afetaram as eleições no Quênia em 2007 e 2008. Por isso, assumi (e corretamente) que, apesar da sua presença nos grupos focais, os participantes falariam abertamente sobre tensões étnicas ainda não resolvidas e o papel dos comités de paz, por não o perceberem como uma parte beligerante. Pensar a posicionalidade é, portanto, mais do que elaborar uma lista de marcos identitários e privilégios. É refletir sobre a maneira como estes fatores influenciam o curso da investigação e as relações que se (co)estabelecem com os intermediários.

A segunda estratégia prende-se com limites. Lombard (2022, p. 17) fala do trabalho como um processo de negociação de limites, em que o objetivo é chegar a um entendimento no que constitui respeito mútuo no seio de diferenças. Tal só se atinge com transparência e comunicação. Por um lado, comunicar expectativas, objetivos e «linhas vermelhas»; por outro, criar espaço para que os outros o possam fazer com o investigador. Em contexto de entrevista, tal é muitas vezes facilitado com um processo de consentimento informado sólido, em que os objetivos da investigação são explicados, e em que se dá espaço ao interlocutor para não responder a perguntas, terminar a entrevista ou adicionar outras perspetivas. Com intermediários, tal requer mais comunicação, muitas vezes antes de se estabelecer oficialmente uma relação profissional. São muitos os relatos de investigadores, particularmente mulheres, que sofreram algum tipo de convite de cariz sexual não solicitado em contexto de trabalho de campo. Tal pode acontecer com intermediários que erradamente interpretam uma relação profissional. Contudo, a remuneração financeira acima descrita é aquela que mais provavelmente poderá gerar desentendimentos. Muitas vezes, ainda quando bem negociada, poderá criar expectativas nos intermediários de que o investigador poderá contribuir financeiramente noutras ocasiões. Por exemplo, um intermediário local que me ajudou numa região ligou-me, quando já tinha regressado do trabalho de campo, para pedir ajuda financeira para pagar as propinas escolares dos filhos. De forma transparente, mas também empática, respondi que tal não seria possível.

Finalmente, uma estratégia metodológica prende-se com a triangulação, especialmente de intermediários durante o trabalho de campo, mas também do tipo de dados (Flick, 2018). Durante o trabalho de campo, vários vieses de investigação podem ser introduzidos pela colaboração com intermediários, como já acima analisado. Tais desafios complicam-se caso o investigador esteja dependente de um só intermediário, o que pode afetar a seleção dos participantes, as narrativas reveladas e as perspetivas ouvidas. Como tal, importa, portanto, triangular os intermediários e diversificar as fontes de acesso a redes de contacto dentro de um país, uma região ou uma cidade, de modo a reduzir a dependência de uma só ponte ou porta de entrada, e de modo a garantir a representatividade de vozes no projeto de investigação (Themner, 2022). Para além disso, triangular o tipo de fontes é essencial na análise de dados, e pode em muito ajudar a verificar a

consistência e veracidade dos dados e a dar robustez à investigação. Por exemplo, para além de entrevistas, poderão também ser analisados documentos escritos (pesquisa em arquivo, notícias de jornais internacionais ou nacionais e relatórios).

## CONCLUSÃO

O presente artigo considerou e analisou o papel dos intermediários locais no trabalho de campo em CPRI, focando-se particularmente nas zonas de conflito, onde os investigadores poderão estar mais dependentes de indivíduos que abram portas, estabeleçam pontes e auxiliem no processo de investigação. Debruçou-se sobre os variados benefícios trazidos por estes intermediários e analisou, também, os inúmeros desafios, quer éticos quer metodológicos, introduzidos por estas relações. Com base em experiências vividas no Quênia, o presente artigo pretendeu, primeiramente, defender que as relações profissionais e interpessoais estabelecidas durante o trabalho de campo devem ser pensadas, analisadas e refletidas em toda e qualquer produção académica. Tal é uma parte integral do processo de investigação e da transparência científica que é exigida: de que forma é que os dados foram recolhidos e analisados. Essa transparência também tem uma dimensão ética, que passa por abandonar o ideal de que o investigador a tudo tem acesso sozinho, e de reconhecer que muitas são as pessoas que nos auxiliam, de forma mais direta ou indireta, a exercer o privilégio de imersão no contexto da nossa investigação e a recolher dados que dão corpo aos nossos artigos e carreiras académicas. Finalmente, importa reforçar a ideia de que o trabalho de campo e a recolha de dados em zonas de conflito exigem uma constante ética, antes, durante e após a estadia no local (Campbell, 2017; Cronin-Furman & Lake, 2018; Lake & Parkinson, 2017). Apenas assim conseguimos, enquanto investigadores, garantir que o processo de investigação não cause danos alheios nas comunidades e nos contextos que tanto queremos ouvir e estudar. <sup>RJ</sup>

Data de receção: 15 de maio de 2025 | Data de aprovação: 8 de agosto de 2025

---

**Leonor Oliveira Toscano** Doutoranda na Universidade de Oslo, Noruega. Faz parte do projeto «ResilienceBuilding: Social Resilience, Gendered Dynamics, and Local Peace in Protracted Conflicts», financiado pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia, sob o contrato de subvenção n.º 852816. Licenciada em Ciência Política e Relações Internacionais pela Universidade NOVA

de Lisboa e mestre em Estudos da Paz e Conflito pela Universidade de Oslo.

> Departamento de Ciência Política, Faculdade de Ciências Sociais, Universidade de Oslo, Moltke Moes vei 30, 0851 Oslo, Noruega | leonor.toscano@stv.uio.no | <https://orcid.org/0000-0001-7505-9611>

## NOTAS

- 1 Consultar, por exemplo, Parashar (2019), sobre diferenças entre investigadores provenientes de fora ou de dentro do contexto estudado; Ramogwebo et al. (2024), sobre as experiências de condução de entrevistas numa perspetiva local e de género; Siddiqui (2023), sobre experiências de um investigador com múltiplas identidades que o tornam tanto um *insider* como um *outsider*.
- 2 Todas as traduções de inglês para português foram realizadas pela autora.
- 3 A minha pesquisa de doutoramento é financiada não só pelo programa Horizonte 2020 da União Europeia, como também pela Universidade de Oslo.
- 4 A violência política no Quênia varia regionalmente e é marcada por vários tipos, desde violência eleitoral a insurgência islâmica.

Para mais informação sobre o tema, e também sobre processos de construção de paz, ver Toscano et al. (2025).

- 5 São estas as regiões de Kajiado, Kilifi, Mombaça, Nakuru, Nairobi e Uasin Gishu.
- 6 Os comités de paz surgiram nos anos 1990, mas foram institucionalizados em 2008 após a crise eleitoral de 2007. Ver Khabure (2014).
- 7 Para uma leitura mais aprofundada sobre as diferentes posições onto-epistemológicas, e as suas implicações para o curso da investigação em Ciências Sociais, ver Della Porta & Keating (2008), Marsh et al. (2018).
- 8 Por exemplo, Fujii (2009).
- 9 Tal inclui também considerações sobre a

segurança digital, isto é, pensar que ferramentas digitais e programas são usados para a recolha, o armazenamento e o tratamento de dados, e de que maneira podem comprometer o anonimato dos participantes. Consultar Grimm et al. (2020).

- 10 Estas dinâmicas estão profundamente exploradas em Fujii (2009).

## BIBLIOGRAFIA

- Bôås, M. (2021). Fixers and friends: Local and international researchers. In R. Mac Ginty, R. Brett, & B. Vogel (Eds.), *The companion to peace and conflict fieldwork* (pp. 395-405). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-46433-2\\_27](https://doi.org/10.1007/978-3-030-46433-2_27)
- Campbell, S. P. (2017). Ethics of research in conflict environments. *Journal of Global Security Studies*, 2(1), 89-101. <https://doi.org/10.1093/jogss/ogw024>
- Carlitz, R. D., & McLellan, R. (2021). Open data from authoritarian regimes: New opportunities, new challenges. *Perspectives on Politics*, 19(1), 160-170. <https://doi.org/10.1017/S1537592720001346>
- Cronin-Furman, K., & Lake, M. (2018). Ethics abroad: Fieldwork in fragile and violent contexts. *PS: Political Science & Politics*, 51(3), 607-614. <https://doi.org/10.1017/S1049096518000379>
- Deane, K., & Stevano, S. (2016). Towards a political economy of the use of research assistants: Reflections from fieldwork in Tanzania and Mozambique. *Qualitative Research*, 16(2), 213-228. <https://doi.org/10.1177/1468794115578776>
- Della Porta, D., & Keating, M. (2008). *Approaches and methodologies in the social sciences: A pluralist perspective* (1.ª ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511801938>
- Eriksson Baaz, M., & Utas, M. (2019). Exploring the backstage: Methodological and ethical issues surrounding the role of research brokers in insecure zones. *Civil Wars*, 21(2), 157-178. <https://doi.org/10.1080/13698249.2019.1656357>
- Flick, U. (2018). Triangulation in data collection. In U. Flick (Ed.), *The SAGE handbook of qualitative data collection* (pp. 527-544). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781526416070>
- Fujii, L. A. (2009). *Killing neighbors: Webs of violence in Rwanda* (1.ª ed.). Cornell University Press.
- Fujii, L. A. (2017). *Interviewing in social science research: A relational approach* (1.ª ed.). Routledge. <https://doi.org/10.4324/9780203756065>
- Grimm, J., Koehler, K., Lust, E. M., Saliba, I., & Schierenbeck, I. (2020). *Safer field research in the social sciences: A guide to human and digital security in hostile environments* (1.ª ed.). SAGE Publications Ltd. <https://doi.org/10.4135/9781529799668>
- Gründelová, B., Broskevičová, Z., & Kowolová, I. (2024). When a gatekeeper denies a researcher access: Circumstances of gate closure in social work research. *Research Ethics*. Publicação online antecipada. <https://doi.org/10.1177/17470161241273813>
- Hoffmann, D., & Tarawalley, M. J. (2014). Frontline collaborations: The research relationship in unstable places. *Ethnography*, 15(3), 291-310. <https://doi.org/10.1177/1466138114533463>
- Holmes, C. E. (2021). Standing out and blending in: Contact-based research, ethics, and positionality. *PS: Political Science & Politics*, 54(3), 443-447. <https://doi.org/10.1017/S1049096520002024>
- Jenkins, S. A. (2015). Assistants, guides, collaborators, friends: The concealed figures of conflict research. *Journal of Contemporary Ethnography*, 47(2), 143-170. <https://doi.org/10.1177/0891241615619993>
- Kapiszewski, D., MacLean, L. M., & Read, B. L. (2015). *Field research in political science: Practices and principles* (1.ª ed.). Cambridge University Press. <https://doi.org/10.1017/CBO9780511794551>
- Khabure, L. (11 de agosto de 2025). Committed to peace or creating further conflict? The case of Kenya's local peacebuilding committees. *Peace Insight*. <https://www.peaceinsight.org/en/articles/committed-peace-creating-conflict-case-kenyas-local-peacebuilding-committees/?location=kenya&theme=>
- Lake, M., & Parkinson, S. E. (5 de junho de 2017). The ethics of fieldwork preparedness. *Political Violence at a Glance*. <https://politicalviolenceataglance.org/2017/06/05/the-ethics-of-fieldwork-preparedness/>
- Larocco, A. A., Shinn, J. E., & Madise, K. (2020). Reflections on positionalities in social science fieldwork in northern Botswana: A call for decolonizing research. *Politics & Gender*, 16(3), 845-873. <https://doi.org/10.1017/S1743923X19000059>
- Lombard, L. (2022). The interpretation of relationships: Fieldwork as boundary-negotiation. *Ethnography*. Publicação online antecipada. <https://doi.org/10.1177/14661381211069670>
- Marsh, D., Ercan, S. A., & Furlong, P. (2018). A skin not a sweater: Ontology and epistemology in political science. In V.

- Lowndes, D. Marsh, & G. Stoker (Eds.), *Theory and methods in political science* (pp. 184-211). Palgrave Macmillan UK. [https://doi.org/10.1007/978-0-230-36664-0\\_10](https://doi.org/10.1007/978-0-230-36664-0_10)
- Molony, T., & Hammett, D. (2007). The friendly financier: Talking money with the silenced assistant. *Human Organization*, 66(3), 292-300. <https://doi.org/10.17730/humo.66.3.74n7x53x7r40332h>
- Nair, D. (2021). «Hanging out» while studying «up»: Doing ethnographic fieldwork in international relations. *International Studies Review*, 23(4), 1300-1327. <https://doi.org/10.1093/isr/viab001>
- Parashar, S. (2019). Research brokers, researcher identities and affective performances: The insider/outsider conundrum. *Civil Wars*, 21(2), 249-270. <https://doi.org/10.1080/13698249.2019.1634304>
- Ramogwebo, T., Hlongwane, J. S., Bhanye, J., & Matamanda, A. (2024). Doing fieldwork among hard-to-reach populations: An account of local female researchers studying foreign migrants in downtown Bloemfontein, South Africa. *International Journal of Qualitative Methods*, 23. <https://doi.org/10.1177/16094069241241150>
- Rodríguez, L. R., & Minatti, W. (2024). On assistants and researchers: Power, positionality and vulnerability during fieldwork on the Colombian conflict. *Qualitative Research*. Publicação online antecipada. <https://doi.org/10.1177/14687941241277744>
- Schwartz-Shea, P., & Yanow, D. (2012). *Interpretive research design: Concepts and processes* (1.ª ed.). Routledge.
- Siddiqui, H. (2023). A research broker for a third-culture researcher: Experiences conducting field research in urban Pakistan. *Area*, 55(3), 372-380. <https://doi.org/10.1111/area.12863>
- Sindre, G. M. (2021). Gatekeepers. In R. Mac Ginty, R. Brett, & B. Vogel (Eds.), *The companion to peace and conflict fieldwork* (pp. 237-247). Springer International Publishing. [https://doi.org/10.1007/978-3-030-46433-2\\_16](https://doi.org/10.1007/978-3-030-46433-2_16)
- Themner, A. (2022). On brokers, biases and leaving the veranda: Working with research brokers in political science based field research. *Civil Wars*, 24(1), 117-139. <https://doi.org/10.1080/13698249.2022.2031648>
- Toscano, L. O., Krause, J., & Miner, M. (11 de agosto de 2025). Kenya's peacebuilding efforts hold valuable lessons for the rest of the world, but gaps remain. *The Conversation*. <http://theconversation.com/kenyas-peacebuilding-efforts-hold-valuable-lessons-for-the-rest-of-the-world-but-gaps-remain-257761>
- Toshkov, D. (2016). *Research design in political science* (1.ª ed.). Red Globe Press.
- Utas, M. (2019). Research brokers we use and abuse while researching civil wars and their aftermaths – Methodological concerns. *Civil Wars*, 21(2), 271-285. <https://doi.org/10.1080/13698249.2019.1654325>
- Vlassenroot, K. (2006). War and social research. *Civilisations: Revue internationale d'anthropologie et de sciences humaines*, 54, 191-198. <https://doi.org/10.4000/civilisations.442>
- Wood, E. J. (2006). The ethical challenges of field research in conflict zones. *Qualitative Sociology*, 29(3), 373-386. <https://doi.org/10.1007/s11133-006-9027-8>